

PROCESSO Nº 5444/22
PROJETO DE LEI CM Nº 145/22

À
Comissão de Justiça e Redação
Senhora Presidente

Trata-se do projeto de lei CM nº 145/22, de autoria do Vereador Wagner Lima, que dispensa do pagamento de passagens de transporte municipal para gestantes, nas condições estabelecidas nesta Lei.

Embora a matéria seja de competência municipal, quanto à iniciativa do projeto deve ser observada a Lei Orgânica do Município de Santo André, que estabelece o rol das matérias de **iniciativa exclusiva do Prefeito**, que inclui os projetos que disponham sobre **serviços públicos e atribuições de secretarias/órgãos da Administração (art. 42, IV e VI)**.

Mesmo se assim não fosse, não é possível ao Poder Legislativo invadir a esfera do Poder Executivo estabelecendo-lhe atribuições, vez que está não é sua função e configura afronta direta à Constituição Federal em seu artigo 2º, que estabelece a independência dos Poderes.

É pacífico na doutrina e na jurisprudência que cabe privativamente ao Poder Executivo a função administrativa, a envolver atos de planejamento, organização, direção e execução de políticas e de **serviços públicos**. Em outras palavras, os atos de concretude cabem ao Poder Executivo, enquanto ao Poder Legislativo estão deferidas as funções de editar atos normativos dotados de generalidade e abstração.

Conforme anota Hely Lopes Meirelles, (Direito Municipal Brasileiro, Malheiros, 17ª edição/2014, Malheiros Editores): *“Leis de iniciativa da*



Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do Executivo local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental” (p. 633).

Como se vê, a imposição de atribuições ao Executivo em questões administrativas, conforme se observa no projeto lei, impede a iniciativa legislativa do Poder Legislativo.

Além do mais, usurpa a competência exclusiva do Prefeito para legislar sobre essa matéria, uma vez que a matéria tratada na presente proposta trata-se de gratuidade no transporte público, sendo este prestado por meio de concessionária ou permissionária de serviço público, regido por contrato público, em que não é admitido inserção de gratuidades além das hipóteses já previstas no contrato já firmado entre Poder Executivo e Concessionária ou Permissionária de serviço Público, sendo, justamente por este motivo, uma competência de iniciativa privativa do Prefeito.

Já decidiu o Colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre a matéria:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. *Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ilustre Prefeito do Município de Estância Hidromineral de Águas da Prata, Estado de São Paulo, por meio da qual se*



questiona a adequação constitucional da Lei Municipal nº 2.002, de 29 de outubro de 2013, que “Autoriza o Transporte de Servidores, Pais ou Responsáveis pelos Estudantes da Zona Rural nos Veículos de Transporte Escolar do Município”. **VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**. Conforme estipulação da Constituição do Estado de São Paulo, a iniciativa para legislar sobre serviços públicos, inclusive aqueles cuja execução é delegada ao particular, configura ato típico do Poder Executivo (art. 47, inciso XVIII, da CESP). Logo, a norma impugnada, por tratar de atos da Administração Pública Direta e serviços públicos, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, e não do Poder Legislativo local. Além disso, a lei impugnada também afronta o disposto no art. 47, incisos II e XIV, da Constituição Bandeirante. E, por fim, também se verifica vício de inconstitucionalidade procedimental, pois, após superado o veto do Prefeito, o projeto de lei foi, em seguida, promulgado pelo próprio Presidente da Câmara Municipal, não retornado ao Chefe do Poder Executivo, conforme determina o art. 28, § 7º, da Constituição Estadual. Ação Direta de Inconstitucionalidade Procedente. (ADI nº 2006140-31.2014.8.26.0000, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, j. 14.05.2014).”

Também se extrai da tese fixada na Repercussão Geral n. 917, na qual restou fixado que **“não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos”** (STF, ARE 878.911-RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, 29-09-2016, m.v., DJe 11-10-2016.)

Salientamos, porém, que a matéria poderá ser encaminhada ao Prefeito Municipal pela via da **indicação**, instrumento propício ao desempenho da atividade de assessoramento governamental cometida ao Poder Legislativo e expressamente prevista no artigo 145 do Regimento Interno desta Casa.



Por todo o exposto, entendemos ser a presente propositura **ILEGAL E INCONSTITUCIONAL**, ressaltando que a matéria exige **quorum** de maioria qualificada de 2/3, nos termos do Artigo 36, § 2º, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município.

Caso esta Douta Comissão de Justiça compartilhe do mesmo entendimento, apontamos para a observância da regra regimental disposta no §1º do artigo 54, que determina o **imediato arquivamento das matérias julgadas inconstitucionais pela Comissão de Justiça e Redação**.

É como nos parece.

Santo André, 07 de outubro de 2022.


Rodolfo Severiano de Oliveira
OAB/SP 266.412

